



DISTRITO FEDERAL

Campanha Salarial 2020: Vigilantes aprovam Pauta de Reivindicações em Assembleia Geral



Em Assembleia Geral representativa, os vigilantes presentes analisaram todas as cláusulas que compõem a nossa pauta de reivindicações atentamente e após a leitura e algumas considerações, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Assim que o texto for apreciado pela assessoria jurídica, a Pauta de Reivindicações será imediatamente encaminhada ao Sindicato Patronal e, em seguida, começaremos a cobrar as primeiras rodadas de negociação.

Iniciamos a Campanha Salarial mais cedo exatamente para que tenhamos tempo necessário para discutir, junto aos patrões, nossas reivindicações e que, em 1º de janeiro (ou antes), quando vence a nossa data-base, já tenhamos uma contraproposta a ser apresentada à categoria.

O Sindicato agradece a presença de todos e todas, lembrando que nossas próximas assembleias precisam de muito mais vigilantes presentes, pois é na pressão, união e mobilização que avançaremos em nossas reivindicações.

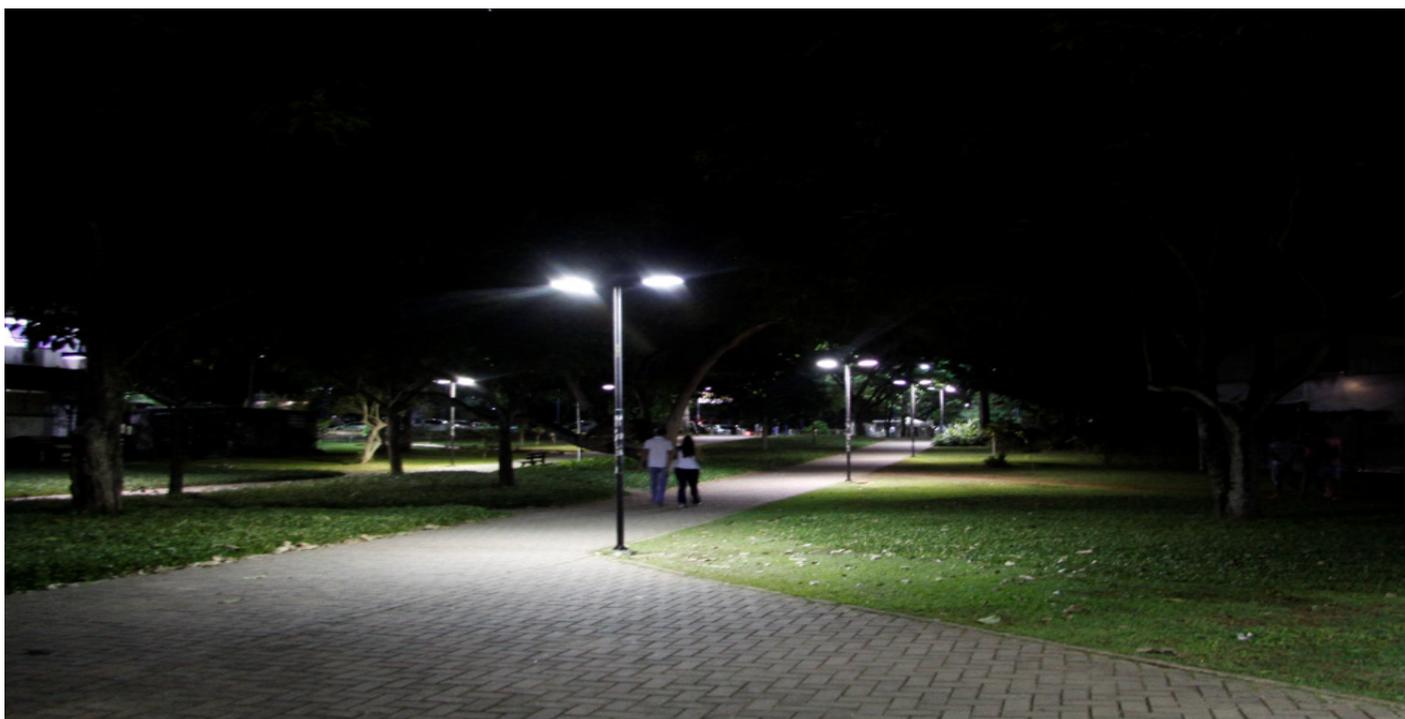
Principais reivindicações aprovadas em Assembleia:

- Reajuste Salarial: 7%;
- Tíquete alimentação: de R\$ 36,50 para R\$ 40,00 a fração;
- Plano de Saúde: contrapartida patronal de R\$ 140,00 para R\$ 200,00;
- Fundo Social: contrapartida patronal de R\$ 14,00 para R\$ 18,00;
- Fundo Odontológico: contrapartida patronal de R\$ 9,00 para R\$ 12,00;
- Manutenção de todas as demais cláusulas da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho).

Fonte: Sindesv DF

Ufba tem dívida de R\$ 15 milhões com empresa de segurança

Vigilantes deixaram postos de trabalho, na noite de terça (20), por falta de pagamento



A Universidade Federal da Bahia (Ufba) tem uma dívida de R\$ 15 milhões com a MAP, empresa que detém o contrato de terceirização dos 380 vigilantes que atendem a instituição. A informação foi dada pelo sócio administrador da companhia de segurança, Sisnando Ribeiro Lima. Procurada, a Ufba disse, por meio de nota, que possui faturas em atraso, mas não confirma o número nem o valor da dívida.

Segundo o gestor, o valor é referente a doze meses de atraso. Ao CORREIO, ele explicou que a universidade não pagava as suas faturas integralmente, por isso, as dívidas foram se acumulando. “A empresa estava esperando, a Ufba disse que ia pagar e vinha amortizando a dívida. Nesses últimos cinco meses piorou. Com a fatura de agosto, emitida no final do mês, o valor pode chegar a 16,3 milhões”, pontuou.

Na noite da última terça-feira (20), os

vigilantes abandonaram os postos de trabalho. O presidente do Sindicato dos Vigilantes (Sindivigilantes), José Boaventura Santos, afirmou que a orientação para a paralisação partiu da própria empresa. O Sócio administrador da MAP nega a afirmação do sindicalista. “Os vigilantes fizeram uma paralisação. Eles param por iniciativa própria. O sindicato colocou no jornal que eu tinha dado entrada no rito processual para suspensão das atividades e eles entraram em pânico”, afirmou Sisnando.

Nesta quarta-feira (21), a categoria trabalhou normalmente e as aulas ocorreram normalmente. Em nota, a Ufba também reforçou que “o trabalho de vigilância prossegue normalmente, no dia de hoje, sem qualquer interrupção, e as aulas, em todos os turnos, serão ministradas”.

Com os problemas do pagamento, a MAP deu entrada no rito processual para suspensão das atividades na última sexta-feira (16). Agora, deve haver conversas com as partes para que haja uma definição sobre a possível suspensão. “O sindicato recebeu comunicado da empresa MAP Serviços de Segurança Eireli acerca da sua decisão de suspender o contrato de trabalho dos vigilantes que atuam na Universidade Federal da Bahia por falta de pagamento de faturas de serviço prestados”, informou o sindicato em nota.

“A empresa tem direito de suspender o contrato com 90 dias de atraso. A MAP entrou com uma correspondência para o sindicato laboral, patronal e para a Ufba. Caso o contrato seja suspenso, os vigilantes podem ficar até 180 dias em casa, sem trabalhar e sem receber”, explicou Sisnando.

Na tarde desta quarta-feira (21), os representantes do sindicato dos vigilantes foram recebidos pelo Vice-reitor Paulo Miguez para discutir os salários atrasados. Também está agendada para quinta-feira (22), às 8h30, uma assembleia entre os vigilantes, na portaria do campus de Ondina.

“Há a possibilidade de a Ufba ficar sem segurança, mas primeiro vamos negociar. Nossa convenção prevê que a gente só pare dez dias após a notificação. A MAP notificou a Ufba na sexta-feira, ainda estamos em negociação”, reforça Boaventura. Uma possível paralisação da segurança da Ufba vai ser discutida na reunião de amanhã (22).

Em nota, a Ufba informou que reconhece o direito de paralisação dos trabalhadores e que busca negociar com a categoria para encontrar “a melhor solução possível”. “A Polícia Militar foi alertada e reforçará a ronda no entorno dos campi”, apontou a nota da Federal da Bahia.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Vigilantes, a Ufba afirmou, durante a reunião de hoje, que busca resolver o problema das dívidas. Também no encontro, o sindicato laboral apresentou uma proposta para o Vice-reitor Paulo Miguez para resolver a questão do atraso do pagamento. “A nossa proposta seria que a Ufba pague o salário dos vigilantes de forma direta,

sem o envolvimento da empresa. Queremos garantir o trabalho deles, fatura é um problema da empresa”, relatou José Boaventura.

A Ufba também afirmou, em nota, reconhecer que a “grave situação orçamentária instituição atravessa, produto da defasagem da dotação acumulada nos últimos cinco anos, do contingenciamento de recursos e do bloqueio de 30% de seu orçamento pelo Ministério da Educação, afeta diretamente a vida dos membros de sua comunidade, entre eles os trabalhadores terceirizados”. A Federal da Bahia também informou que os cortes impedem o pagamento aos fornecedores em dia e que a instituição busca solucionar o problema com diálogo com o MEC.

Suspensão

Sem segurança, em algumas unidades as aulas foram interrompidas na noite de terça-feira (20). “A Ufba foi surpreendida com a suspensão dos serviços de segurança agora pela noite, inclusive na Faculdade de Direito. Estamos determinando a suspensão das aulas do último horário de hoje. Amanhã avaliaremos a situação com a Reitoria”, afirmou, em nota, o diretor da faculdade, Julio Cesar de Sá da Rocha.

Alunos da Faculdade de Comunicação, Bacharelado Interdisciplinar e de outras unidades no campus de Ondina também viram as aulas acabarem mais cedo. Com a notícia da falta de segurança, os alunos saíram do campus rapidamente. “É triste ter a aula suspensa por falta de segurança na universidade. Isso demonstra o interesse no sucateamento da universidade pública”, disse a estudante do BI em Artes Monique Feitosa.

Em maio, vigilantes da MAP também paralisaram as atividades na Ufba. Na época, eles afirmavam que a Ufba devia cerca de R\$ 13 milhões à empresa, o equivalente a três meses de serviço, e que não estavam recebendo. Na ocasião, a Ufba reconheceu que havia uma dívida, sem confirmar o valor. Foram somente algumas horas de protesto. Não há confirmação do motivo da paralisação de hoje.

Fonte: Correio 24h

Apesar da crise faturamento das empresas de segurança dá salto, diz pesquisa

CRESCIMENTO DO FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA			
Ano	Em Bilhões	Em percentual	PIB do Brasil
2014	R\$ 32,886	17,5%*	0,5
2015	R\$ 34,612	5,5%**	-3,5
2016	R\$ 35,503	8%**	-3,3
2017	R\$ 34,505	5,5%**	1,1
2018	R\$ 33,767	2%**	1,1

*Em comparação com o ano de 2013 – Fonte: V Esseg **Em comparação com o ano de 2014 – Fonte: VI Esseg

Mesmo com a forte crise pela qual atravessa o país a o faturamento das empresas de segurança privada deu um salto. A informação está no VI Es-seg – Estudo do Setor da Segurança Privada, pro-duzido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) com base em informações da Polícia Federal, Ministério da Economia, RAIS, CAGED e IBGE.

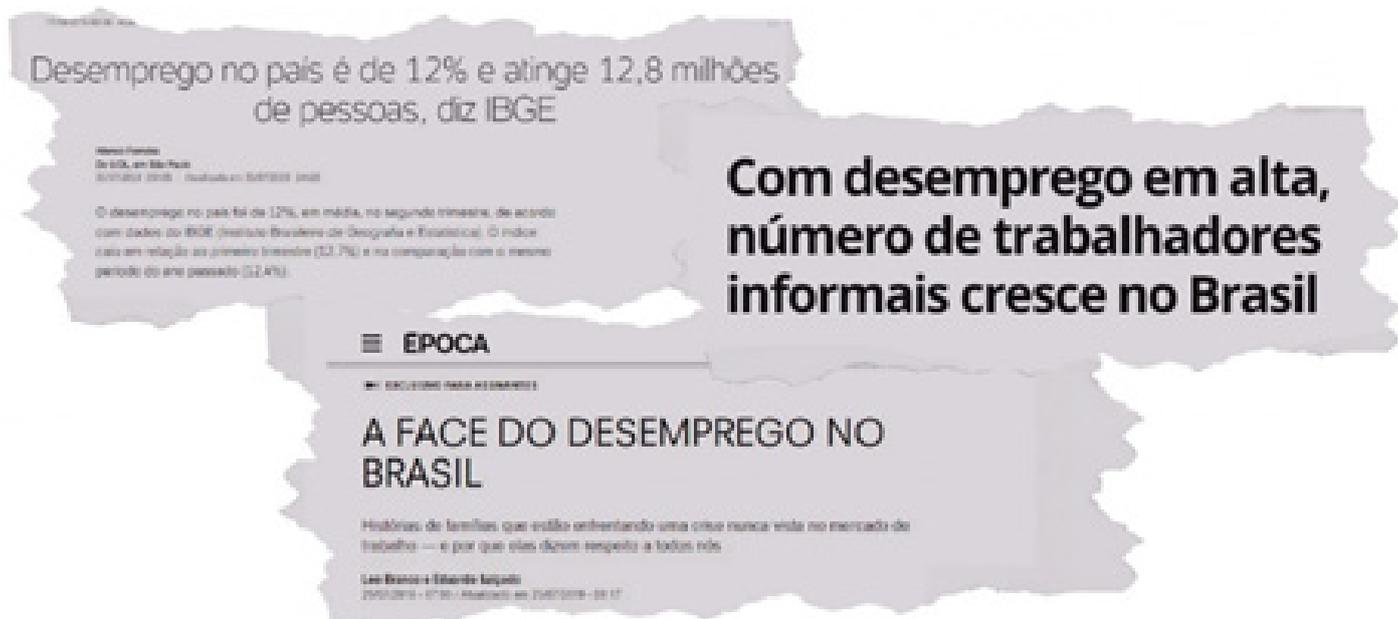
O Estudo – que abran-ge os anos de 2014 a 2018 – mostra que os empre-sários da segurança pri-va da não tomaram co-nhecimento da crise. Em 2014, por exemplo, o fa-turamento das empresas do setor foi de R\$ 32,886 bilhões. Em 2018 esse va-lor chegou a R\$ 33,767 bi-lhões, um crescimento de mais de 2%.

Ano a ano o fatura-mento foi ainda mais expressivo. Em 2015 o crescimento foi de quase 5,5%. Em 2016, cresci-mento de 8%. Em 2017 o crescimento foi no-vamente de 5,5% e em 2018 pouco mais de 2%. A base de comparação é com 2014.



Mais empresas abertas nos últimos anos

Outro dado importante apon-tado pelo VI ESSEG é que entre 2014 e 2018 houve um aumento de 5,7% na quantidade de empre-sas de segurança registradas junto à Polícia Federal. Em 2014 haviam 2.548 empresas cadastradas em todo o país. Em 2018 esse número saltou para 2.694.



O Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pe-reira, explica que para “abocanhar” fatias do mercado os mesmos em-presários da segurança privada abrem várias empresas para ven-der outros serviços. “No final eles acabam dividindo o bolo entre si, têm mais lucros, mas não geram mais empregos”, conta.

Ele finaliza lembrando que a reforma Trabalhista, aprovada em 2017, também é responsável pelo cenário atual. “Essa refor-ma Trabalhista foi vendida como solução para o desemprego. Mas ela não gerou empregos. Pelo contrário, ela apenas precarizou as condições de trabalho e aju-dou a aumentar apenas o lucro dos patrões”, finaliza.

Empresas lucram mais, mas número de vigilantes desempregados também aumenta

Na contramão, no mesmo período a quan-tidade de vigilantes em-pregados com carteira assinada diminuiu 15,4%. Em 2014 havia 654,899 profissionais em atuação nas empresas. Em 2018 esse número caiu para 553.905.

Segundo o VI ESSEG, o número de trabalhado-res é um forte indicador do modo como a atvida-de está naquele momen-to. “Se há diminuição no número de trabalhadores em

atividade, isso signi-fica que o setor também passa por dificuldades”, diz o estudo.

Entretanto, segundo o presidente do Sindi-cato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira, não é o que parece. Ele explica que se o setor estivesse passando por dificuldade as empresas não estariam acumu-lando lucros. “É uma tecla na qual a gente vem batendo há tem-pos: não há crise para os empresários da segu-rança privada”, diz.

Segundo Amaro, o le-vantamento mostra um dado assustador: o lucro das empresas pode estar atrelado à redução dos ganhos dos trabalhado-res. “A terceirização tem esse aspecto, de propor-cionar aos empresários lucros gigantescos e bai-xos salários para o tra-balhador”, continua.

Ele diz que para não diminuir seus lucros as empresas diminuem os salários e criam mecanis-mos para cortar direitos e consequentemente a remuneração do traba-lhador. “Reduzem horas extras, reduzem jornada de trabalho, trocam um benefício por outro. É as-sim que agem”, lamenta.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Fim da aposentadoria especial será duro golpe para trabalhadores em atividades de risco

Reforma pretende adotar idade mínima para trabalho insalubre e acabar com aposentadoria dos que têm a integridade física ameaçada. “Quero ver o lixeiro aos 58 anos correndo atrás do caminhão, ou o eletricitário subindo em poste aos 64 anos”, diz especialista



Eletricitários exercem atividade que expõe a integridade física: reforma pretende acabar com a aposentadoria especial

A retirada da aposentadoria especial para quem corre riscos no trabalho foi duramente criticada em debate ontem (20), na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, sobre a reforma da Previdência. “Eu quero ver o lixeiro aos 58 anos de idade correndo atrás do caminhão de lixo, ou o eletricitário subindo em poste aos 64 anos de idade”, disse a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante.

Adriane explicou que o recebimento da aposentadoria especial por periculosidade (integridade física) já tem sido cada vez mais difícil e muitas vezes o cidadão só consegue ter seu direito reconhecido se acionar a

Justiça. Caso o Senado não mude o texto, essa modalidade de aposentadoria especial deixará de fato de existir. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/2019), que institui a reforma, está em análise no Casa, depois de ter sido aprovada em dois turnos na Câmara.

O artigo 201 da Constituição prevê dois tipos de aposentadoria especial: aquela destinada a quem tem trabalho prejudicial à saúde — como as pessoas expostas a doenças em hospitais ou a elementos tóxicos como o benzeno — e a destinada aos que têm sua integridade física ameaçada, como vigilantes e eletricitários, porque correm riscos no exercício diário do ofício.

Atualmente, a aposentadoria especial não tem idade mínima: exige-se apenas tempo de contribuição de 15, 20 ou 25 anos, dependendo da carreira. Com a reforma, passa a existir idade mínima para aqueles cujo trabalho é prejudicial à saúde (insalubridade) e acaba a aposentadoria especial dos que têm a integridade física ameaçada. A PEC representa a primeira vez que o quesito idade é somado ao tempo de contribuição para a aposentadoria especial por insalubridade.

Adriane também reclamou que o texto não está levando em conta aqueles que hoje já estão com direito adquirido, ou prestes a completar o tempo mínimo de contribuição. “Se não vai ter mais aposentadoria por periculosidade, tudo bem. Mas podem apagar o texto constitucional sobre a integridade física daqui para trás?”, questionou.

Duas carreiras da Justiça também sofrerão impacto direto do fim da aposentadoria especial na reforma da Previdência: oficiais de Justiça e agentes de segurança dos tribunais e de juízes. O representante da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU (Fenajufe), Fabiano dos Santos, comentou na audiência os riscos enfrentados por ambos e defendeu a manutenção da aposentadoria especial para eles.

Apresentação de provas

Em 1960 foi criada a aposentadoria especial para aqueles que tinham trabalho insalubre. O objetivo era tirar o trabalhador do ambiente nocivo antes que ele tivesse, efetivamente, um dano irreparável a sua saúde. A PEC 6/2019 mantém a aposentadoria para quem tem exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos, mas a partir dessa reforma, o beneficiário precisa provar que efetivamente e pessoalmente teve contato frequente com esses elementos — ou seja, apenas ser enquadrado numa categoria funcional não é o suficiente.

Um exemplo: você não se aposenta por ser técnico em radiologia. É preciso provar que você passava horas por dia fazendo exames numa máquina de ressonância magnética.

O escalonamento da idade mínima

funcionará assim: no mínimo 55 anos de idade para quem tem aposentadoria especial, com tempo de contribuição de 15 anos (como os mineiros que trabalham no subsolo); 58 anos para quem precisa contribuir por 20 anos (como os mineiros que trabalham do lado de fora da mina); ou 60 anos para quem precisa contribuir por 25 anos, como alguns profissionais da área de saúde.

Embora a PEC 6/2019 diferencie a idade de aposentadoria para homens e mulheres ao longo de todo o texto, isso não acontece na aposentadoria especial por contato com agentes nocivos.

Quem representou os profissionais da saúde na audiência foi o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, João Rodrigues Filho. Ele demonstrou desânimo sobre o futuro dos trabalhadores da saúde caso a reforma seja aprovada da forma como veio da Câmara. “A maioria das pessoas que trabalha com raio X eventualmente desenvolve câncer e não chega a ser aposentado por muito tempo”, comentou.

Em nome dos professores, que hoje recebem aposentadoria especial após 25 anos de contribuição, a professora Selene Michielin também se queixou da reforma, por colocar idade mínima de 57 anos para mulheres e 62 anos para homens a partir de 2020.

Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ela demonstrou preocupação com as regras que aproximam os professores da aposentadoria comum. De acordo com a professora, o aumento dos anos de trabalho somado aos baixos salários e à falta de incentivo para a carreira, podem aumentar o desinteresse pela carreira da educação. “A profissão está em extinção, os cursos de licenciatura estão vazios. Os professores ganham pouco, trabalham muito e não se aposentarão mais com tempo especial”.

Fonte: RBA Com informações da Agência Senado

Após pressão no Senado, MP 881 é aprovada sem regras de trabalho aos domingos

A aprovação se deu após pressão da CUT e centrais sindicais e dos senadores da bancada de oposição ao governo, que conseguiram um acordo para a retirada das regras de trabalho aos domingos



O Senado aprovou na noite desta quarta-feira (21) a Medida Provisória (MP) nº 881/2019 do presidente Jair Bolsonaro (PSL) que, ao invés de MP da Liberdade Econômica, como tinha sido inicialmente chamada, havia virado a MP da Minirreforma Trabalhista.

A aprovação se deu após pressão da CUT e centrais sindicais e dos senadores da bancada de oposição ao governo, que conseguiram um acordo para a retirada das regras de trabalho aos domingos, a fim de reduzir os danos aos

trabalhadores.

Como a MP perde a validade na próxima terça-feira (27), Bolsonaro preferiu recuar para garantir a votação. Dessa forma, como não há modificação nem acréscimo ao texto, mas, uma supressão, a MP não precisa voltar para a Câmara. Agora o texto segue para sanção presidencial.

Garantido descanso aos domingos

A liberação do trabalho aos domingos e feriados era um “jabuti” incluído pelo relator da Comissão Mista da MP 881, deputado

Jerônimo Göergen (PP-RS), que atingiria todas as categorias profissionais, sem qualquer necessidade de autorização prévia do poder público.

Pelo relatório do deputado aprovado por maioria na Câmara, o patrão só seria obrigado a conceder folga em domingo a cada quatro semanas e não precisaria pagar o domingo trabalhado em dobro, se determinasse outro dia para folga compensatória.

“É um jabuti. Eu quero saber o que isso tem a ver com liberdade econômica e com empreendedorismo, quando, na verdade, se está retirando mais um dos poucos direitos que restam ao trabalhador”, criticou o líder do PT no Senado, Humberto Costa.

Para o senador pernambucano, “essa é uma matéria que o presidente da Câmara e o presidente do Senado deveriam, de ofício, retirar em decorrência dos jabutis colocados. É absurdo liberar o trabalho aos domingos de forma indiscriminada para todas as categorias compensando com a folga em outro dia da semana”.

O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) também criticou a inclusão de matérias estranhas à MP. Ele chamou as mudanças de “contrabando legislativo” e foi o autor da questão de ordem, para que o trabalho aos domingos fosse retirado do texto pela presidência da Senado.

Paim critica alterações na CLT

O senador Paulo Paim (PT-RS) largou duras críticas ao deputado Jerônimo Göergen, que desfigurou por completo a MP enviada pelo governo, fazendo com que o texto aprovado na Câmara chegasse a alterar 36 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Paim criticou também o tempo escasso, para que os senadores discutissem a MP. Na prática, o Senado ficou impedido de fazer mudanças por meio de emendas ao texto porque não haveria tempo, para que a MP voltasse à Câmara. Para Paim, “o Senado está atuando como mero carimbador das decisões outra Casa”.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Outros retrocessos mantidos

Outros retrocessos da MP 881, que afetam diretamente o trabalhador e a trabalhadora, foram mantidos como os que tratam do registro de ponto. Hoje, precisam registrar ponto diariamente, com horários de entrada e saída no trabalho, as empresas com pelo menos dez empregados. A MP amplia esse número para 20 empregados, o que dificultará a comprovação da jornada e o pagamento de eventuais horas extras.

A MP também adota o “ponto por exceção”, inserido no texto igualmente pelo deputado Jerônimo Göergen. Pelas normas atuais, o trabalhador e a trabalhadora registram os horários todos os dias.

Com a MP, o horário de chegada e saída do funcionário só é registrado se há horas extras, atrasos, faltas e licenças. Previsto em portarias do extinto Ministério do Trabalho, o registro por exceção era considerado irregular pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). A adoção desse sistema será permitida por acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

O texto acaba ainda com a exigência de afixação, em local visível, do quadro de horários dos trabalhadores.

A MP 881 também muda normas relacionadas à saúde e à segurança no trabalho, colocando em risco os trabalhadores e trabalhadoras. O Estado não poderá mais fiscalizar as empresas consideradas de baixo risco se ninguém denunciar. Já as empresas de risco moderado poderão ser fiscalizadas se houver denúncia ou por amostragem. Em ambos, os fiscais terão de fazer duas visitas na empresa antes de lavrar os autos de infração, exceto em determinadas hipóteses.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF